



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

1 ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 24/02/2022.
2 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e nove
3 minutos, no formato virtual, link <http://meet.google.com/dpq-iukd-uvo> participaram os seguintes
4 membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB: Laudelino de Bastos e
5 Silva (SMMA); João Gaudêncio Neto (Gab. Prefeito); Guilherme G. Pereira (FLORAM); Janaína
6 Guesser dos Prazeres (SMI); Telma de Oliveira Pitta (SMDU); Iara Réus Magalhães (SMS);
7 Erick... (COMCAP); Francisco José Guedes Pimentel (CASAN); José Paulo Vieira (SMTDDE);
8 Leandro Lino Freitas (IPUF); Rodrigo da Silva Vieira (ACIF); Eugênio L. Gonçalves e João
9 Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da S. de Souza (UFECO); Djan P.
10 de Freitas (ABES/SC); Pablo Heleno Sezerino (UFSC); Leonardo Lacerda da Silva
11 (SINTAEMA); Tatiana da Gama Cunha (Ent. relac. ao San. Básico, Maricultura e Meio
12 Ambiente); Carlos B. Leite (SINDUSCON), totalizando dezoito (18) instituições do Conselho
13 representadas na reunião, perfazendo um total de dezenove (19) conselheiros. Também
14 participaram da reunião: Aline Sardá; João Henrique Quissak Pereira; Márcio Ishihara Furtado
15 e Ana Laura Souza (SMMA); Carlos Alvarenga (IPUF); Michel Mittmann (SMPU); Conselho
16 Municipal de Saúde e as secretárias executivas do COMSAB Tânia da Silva Homem e Paulina
17 Korc, completando vinte e oito (28) participantes. A 11ª Reunião Ordinária Virtual do COMSAB
18 foi conduzida pelo presidente em exercício, **Laudelino de Bastos e Silva** que iniciou a reunião
19 agradecendo a participação de todos e solicitou à secretária **Tânia da Silva Homem** que
20 justificasse a ausência dos conselheiros: Alcino Caldeira Neto (SMCAM); Wilson R. Cancian
21 Lopes (COMCAP); Carlos André Pincelli (VISA); Fernando César Demetri (ACIF); Fabiane
22 Tasca Goerl (Ent. relac. ao San. Básico, Maricultura e Meio Ambiente); Sulimar Vargas Alves
23 (UFECO); sendo homologadas pelos conselheiros participantes. Na sequência, **Laudelino**
24 colocou em apreciação a ata da 10ª Reunião Ordinária virtual realizada em 21/12/2021, a qual
25 foi aprovada por unanimidade. De acordo com a pauta, **Laudelino** passou a palavra ao
26 Secretário Municipal de Planejamento Urbano Michel Mittmann para dar um panorama sobre a
27 revisão do Plano Diretor - PD de Florianópolis, destacando as principais alterações e propostas
28 juntamente com cronograma de trabalho, incluindo ainda a abordagem atual do PD para a área
29 de saneamento básico e as alterações previstas na nova proposta. O Secretário Municipal de
30 Planejamento Urbano, **Michel Mittmann**, fez uso da palavra salientando que o Plano Diretor
31 (PD) é um tema complexo, salientando que existem vários momentos de evolução da proposta
32 atual, iniciada em 2014 com o advento do novo plano. **Mittmann** disse que o PD traz inovações
33 importantes, com uma série de instrumentos e políticas que acompanham a Lei 482/2014. No
34 ano de 2014 houve uma judicialização inicial do Ministério Público Federal (MPF) que ficou
35 quase que suspenso o Plano por quase dois anos, até houve uma decisão superior que não
36 caberia ao MPF a forma como foi imposta a rediscussão do PD. Na época, foram realizadas
37 quinze (15) audiências públicas, com mais de três mil e trezentas contribuições, que emanaram
38 uma série de situações que poderiam ser vislumbradas ou para um Plano novo ou para



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

39 readequação do atual Plano. **Michel** salientou que o PD de Florianópolis é muito extenso,
40 composto por muitos artigos, que acaba não sendo eficiente instrumento para realmente
41 ordenar o território da Cidade. Foi realizada uma verificação do que vem acontecendo no
42 Município com o atual PD que não consegue atingir uma grande parcela da população, do
43 cenário que foi se criando com as formas de ocupação da cidade. **Mittmann** salientou que
44 olhando os instrumentos e as diretrizes que estavam previstas no Plano atual e, somando com
45 o que está previsto no Estatuto das Cidades, os instrumentos adequados para que o Município
46 consiga regular melhor a aplicação do Plano, foi nesse intuito que, considerando as
47 contribuições das audiências públicas, ato contínuo, foi instalado o Conselho da Cidade onde
48 iniciou uma discussão interna sobre conceitos urbanísticos e instrumentos, apontando um
49 conjunto de adequações à época, resultando na minuta 1715. Na continuidade da operação do
50 Plano, uma série de temas não foram superados, não resolvia uma série de situações
51 necessárias a serem adequadas, especialmente na aplicação de instrumentos urbanísticos
52 mais eficientes para a melhoria da qualidade dos espaços urbanos, da mobilidade, melhoria
53 geral de indicadores do espaço urbano como um todo. Na sequência, **Michel** discorreu sobre a
54 proposta de revisão do PD, citando os conceitos gerais; mancha urbana e população,
55 densidade urbana bruta; Desequilíbrio e alto custo das baixas densidades; Mapa da
56 irregularidade; Desequilíbrio e alto custo das baixas densidades urbanas. Discorreu sobre os
57 modelos de Barcelona; Manhattan; Buenos Aires; Curitiba. **Mittmann** enfatizou que a Cidade
58 tem crescido em população, mas através de um modelo equivocado e de alto impacto. Que
59 percebe-se que há um espalhamento da cidade, ou seja, a população tem crescido de forma
60 dispersa no território, com bairros com falta de diversidade e infraestrutura e com alta
61 irregularidade. A cidade de Florianópolis tem sido desenvolvida por um modelo equivocado de
62 ordenamento territorial, de baixa densidade que ocasionou ao longo do tempo grande impacto
63 socioambiental e de infraestrutura. Ao mesmo tempo, nossas características espaciais e
64 ambientais específicas não comportam concentração exagerada nos bairros atuais. Porém
65 alguns bairros têm crescido calcados em ilegalidades e ampliação dos problemas.
66 Historicamente nossos planos diretores tiveram uma condução que se afastou das
67 características das preexistências e tentaram reproduzir modelos que propunham a separação
68 funcional dos bairros e zoneamentos. A impossibilidade e/ou dificuldade de aplicar as regras
69 afastou a legalidade do território, em especial daquelas áreas de expansão. Quando aplicadas
70 as regras produziram porções monofuncionais e com dispersão do potencial construtivo com
71 um modelo de cidade inadequado que não valorizou a vida urbana. A LC 482 (atual PD)
72 evoluiu muito no modelo de cidade, e têm tentado esta revisão. Porém os mapas de
73 zoneamento, os usos, e a forma de impor os limites têm em muitos casos produzidos os efeitos
74 contrários do que prevê a própria lei. Faz-se necessária a revisão com a criação de
75 instrumentos (Incentivos) para reequilibrar e buscar atender os objetivos do plano. É importante



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

76 avaliar (comparar) o desempenho de outras cidades relativo à questão das densidades. Não é
77 a busca por copiar um modelo, mas ver como estamos posicionados neste importante item.
78 Finalizada a apresentação, **Laudelino** agradeceu pela explanação e passou a palavra aos
79 conselheiros para se manifestarem. **Eugênio** fez uso da palavra salientando, inicialmente, que
80 o saneamento básico, assim como o Plano Diretor, são políticas públicas permanentes, que
81 perpassam governos. Nesse momento de discussão, tanto do Plano Municipal Integrado de
82 Saneamento Básico (PMISB), como do PD é importante ouvir a área que é de carreira. Aquela
83 área que é responsável pela aplicação da lei. Neste sentido, **Eugênio** disse que teve acesso
84 ao depoimento dos técnicos do IPUF, onde fazem uma série de considerações, exemplificando:
85 Que a equipe técnica não teve ciência prévia e não participou da elaboração da minuta de
86 revisão apresentada pela Prefeitura em 01 de dezembro de 2021; Que a equipe técnica teve
87 ciência da minuta apenas em 22 de dezembro de 2021; Que a revisão não apresenta estudos e
88 mecanismos para a redução das irregularidades; Que a revisão resulta em fragilidade para o
89 IPUF e para o próprio processo de planejamento urbano municipal, uma vez que apresenta
90 definições e consequências urbanísticas não debatidas com a comunidade e com os técnicos,
91 retirando competências e atribuindo atribuições inerentes ao planejamento urbano; Que a
92 equipe técnica desconhece a metodologia utilizada para elaboração da proposta e desconhece
93 os estudos técnicos específicos de diagnóstico, de prognóstico e simulações que possam ter
94 embasado as proposições ora apresentadas; Que a minuta do PD apresentada do ponto de
95 vista urbanístico configura-se como novo Plano Diretor. **Eugênio** enfatizou que participou da
96 audiência pública do Ministério Público Estadual (MPSC) onde o Ministério fez algumas
97 considerações, como: Que a participação da sociedade é um tema inegociável; Que a
98 Prefeitura, em negociação com o MPSC, reconhece que realmente promoveu um processo de
99 forma não adequada; Que, em atendimento às resoluções, a revisão se dá a cada dez (10)
100 anos, sendo obrigatório que a Prefeitura institua. (falta completar a frase). Considerando que,
101 para o MPSC, os estudos técnicos e as justificativas devem ser elaborados pelos técnicos de
102 carreira e não pode ser feito à revelia dos técnicos do IPUF, **Eugênio** apresentou seu
103 questionamento: 1) Quem elaborou a minuta de revisão do PD de Florianópolis que veio à
104 público no dia 01 de dezembro de 2021? Onde a minuta de revisão foi gestada e produzida, e
105 qual metodologia foi utilizada para sua elaboração? Se houve contratação desses serviços,
106 teve licitação apropriada para essa contratação? 2) Não seria mais prudente, por parte do
107 governo municipal, o cancelamento do processo da revisão da LC 482/2014 em função da
108 minuta carecer de apreciação técnica dos técnicos do IPUF e por não ter sido construída de
109 forma participativa, o que configura descumprimento da legislação em vigor? Por outro lado,
110 existem mais trinta (30) artigos do PD vigente que necessitam de regulamentação, para tanto,
111 indagou **Eugênio**: Como operacionalizar projetos e ações sem estar definido como fazer? Por
112 que no projeto de revisão do PD não constou a necessidade de regulamentação desses



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

113 artigos? O relatório do plano de ação de Florianópolis Sustentável do BID apresenta o
114 diagnóstico da exposição de cento e vinte mil e cento e noventa e duas pessoas na
115 vulnerabilidade de alto e médio risco de deslizamento das áreas de seus imóveis. Enquanto
116 nas zonas de perigo por inundação marinha tem-se a exposição de aproximadamente
117 cinquenta e cinco mil pessoas. Neste sentido, Eugênio questionou: Qual a justificativa da
118 ausência do Projeto Orla e do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) junto à revisão
119 do PD? Na oportunidade, **Laudelino** disse que, visto a complexidade das perguntas realizadas
120 pelo conselheiro Eugênio, os questionamentos serão remetidos por ofício para que a SMPU se
121 manifeste e a resposta será compartilhada junto aos conselheiros. Em relação às colocações
122 do conselheiro, **Michel** disse que os órgãos de planejamento do município, não são apenas o
123 IPUF, mas sim são variados. Uma parcela de técnicos gerou aquele documento, provocado
124 pela gestão, porque a minuta está em discussão técnica. Disse também que a realização das
125 audiências públicas é imperativa à gestão municipal, assim como para toda a sociedade, para
126 ouvir e processar tecnicamente, rever e apresentar novamente uma resposta adequada.
127 Salientou que não há necessidade de citar o Projeto Orla no PD, mas pode ser incluso. Porém,
128 não adianta citar inúmeras coisas e não conseguir produzir, que é a situação do atual PD, em
129 que há previsões, mas a captura desse corpo técnico que alguns injustamente colocam uma
130 situação de desvalorização do IPUF são equivocadas, disse **Mittmann**. Destacou que o que a
131 gestão pretende é uma valorização técnica do instrumento de gestão da cidade dentro do IPUF
132 especialmente. Isso está sendo esclarecido no conjunto de oficinas onde, segundo **Michel**,
133 nasceu o documento elaborado por uma equipe técnica do IPUF. Na sequência, **Michel**
134 **Mittmann** discorreu sobre seu currículo, grau de formação e premiações recebidas, afirmando
135 que tem capacidade e trabalhou, juntamente com o Procurador do Município, a
136 Superintendente da FLORAM, Diretoria de Planejamento, destacando que não existe diferença
137 funcional. Em relação ao Ministério Público afirmou que não há cobranças, mas sim está sendo
138 trabalhado de forma cooperada. Destacou que se alguém quer cobrar a competência sobre a
139 sua atuação, o seu trabalho, o seu currículo, projeto, pesquisa, se coloca à disposição. Afirmou
140 que estão todas citadas no documento apresentado preliminarmente e vão continuar sendo
141 citadas. Afirmou que não se pode se esconder atrás de uma situação que não quer discutir o
142 modelo de cidade que está falido por causa do momento político. Finalizou solicitando mais
143 respeito profissional com ele, com a Diretora de Planejamento, o Diretor de Geo, o Gerente de
144 Plano e a equipe técnica que está trabalhando. **Laudelino** passou a palavra ao **João Henrique**
145 **Peixoto** que se manifestou salientando, inicialmente, que compreendeu e achou válidos os
146 questionamentos elencados pelo conselheiro Eugênio. Na oportunidade indagou quais são os
147 próximos passos deste da LC 482/2014, considerando que são tantas modificações que pode-
148 se dizer que é um novo Plano Diretor. **Michel** afirmou que não é um novo PD, e solicitou que
149 todos fizessem a leitura dos princípios e diretrizes gerais do PD, os instrumentos previstos.



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

150 Destacou que quando resgataram as audiências realizadas em 2016, pegaram as falas dos
151 técnicos em relação ao PD, o que estava bom, o que estava ruim, o que precisava ser mudado,
152 mapearam todas as consultas públicas, não apenas as consultas de agora. Estamos fazendo
153 isso para divulgar à sociedade e, o importante, é ter ciência de que não queremos atropelar as
154 coisas, queremos ver como está o passado para darmos continuidade, pois hoje está em
155 vigência o PD de 2014. Estamos fazendo a revisão e adequação do PD atual para regularizar
156 2014, criando PD com participação popular e eficaz. Mas não podemos jamais ignorar as
157 pessoas que participaram naquela época. Nós vamos levar em consideração aquelas
158 reclamações de 2014 que até hoje são replicadas no dia a dia do IPUF, da SMMA, da
159 FLORAM. Com relação a realização de oficinas, as mesmas já haviam sido pensadas muito
160 antes das recomendações. **Michel** salientou que fez várias apresentações sobre o PD. Já
161 estão ocorrendo as oficinas técnicas, inclusive uma das propostas feitas ao MP foi o
162 comprometimento de fazer as respostas de 100% das manifestações. Já montamos uma
163 equipe dentro da diretoria de planos, com servidores de carreira. O IPUF fará essa gestão da
164 participação popular, as pessoas precisam entender que PD não é só planejamento de
165 ocupação de solo propriamente, é saneamento, meio ambiente, envolve outros planejamentos
166 e atores da prefeitura. Por fim, com relação ao artigo citado, disse que os problemas jurídicos
167 que o município já vivenciou em virtude de regramentos que estavam prejudicando a execução
168 de projetos que são benéficos ao município. A ideia é que em paralelo ao PD sejam
169 apresentadas leis e decretos, para tornar o PD 100% eficaz. Na sequência, a **Sra Albertina**
170 disse que a Lei 482 não representa o que foi discutido nas preparações, nas oficinas, nas
171 audiências públicas. Que participou desde 2006, coordenava as discussões na Bacia do
172 Itacorubi, ouvindo as comunidades, bairro a bairro e, para sua surpresa, o que apareceu na
173 Câmara de Vereadores não representava o que foi discutido e, para piorar, as 300 emendas
174 dos Vereadores, jogaram tudo o que foi discutido praticamente no “lixo”. É preciso entender o
175 porquê da judicialização do PD 2014. Manifestou preocupação com relação às questões do
176 saneamento no PD. Como a prefeitura vai garantir que os incentivos urbanísticos não vão
177 atingir áreas ambientalmente frágeis? **Albertina** citou como exemplo o Sta Mônica e Jardim
178 Anchieta. Pelo que entendeu da apresentação, trata-se de um novo conceito de cidade, e isso
179 demora muito para ser assimilado. Citou como exemplo a região do Itacorubi, que houve
180 transformação, sem que houvesse incentivo na infraestrutura da região, a exemplo do
181 transporte público. O que a sociedade ganhou com esse adensamento? É preciso entender
182 esse contexto de nova concepção de cidade. A garantia que as áreas mais frágeis, a exemplo
183 do Campeche, Planície do Pântano do Sul, que não podem ser adensadas por conta das
184 características ambientais, e as comunidades querem a garantia disso, destacando que
185 entendeu a mesma preocupação na fala do Sr. Eugenio. Como a PMF está pensando em
186 garantir essas questões? Infelizmente não é o que está ocorrendo na cidade, citando como



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

187 exemplo o Córrego Grande que para garantir a área verde somente com ação judicial, foi na
188 justiça e não precisa ser dessa forma. Mencionou que faz parte do Conselho de Habitação e
189 Interesse social e que deseja muito que as questões de habitação social sejam resolvidas, pois
190 ela mesmo mora em uma comunidade que tem área de ocupação, onde percebe que estão
191 ocupando em cima dos corpos hídricos, estão desmatando, e isso precisa parar. E parar
192 como? regularizando essas áreas de ocupação, essas pessoas precisam de lugar para morar,
193 precisam de rede de esgoto, precisam de saneamento. É Preciso pensar as prioridades das
194 comunidades carentes, água tratada é prioridade, saneamento é prioridade. A conselheira
195 **Albertina** enfatizou que não é contra as URAs, muito pelo contrário, mas é necessário
196 estabelecer prioridades. Questionou “Vamos centralizar para aumentar a população, ou
197 planejar para que as pessoas que já vivem aqui tenham moradia adequada com infraestrutura
198 adequada? Isso precisa ser pensado no planejamento da cidade, e uma das preocupações da
199 habitação social é que essas pessoas não sejam jogadas nos guetos, elas são parte da cidade,
200 são a mão de obra da cidade. A infraestrutura, o transporte público, a mobilidade urbana,
201 precisam ser repensados, só liberar prédios não vai resolver, é preciso sentar e planejar com
202 todos os setores que vivenciam a cidade, sejam técnicos ou não”, concluiu **Albertina**. Ato
203 contínuo, o **Sr. Carlos Alvarenga** questionou o tempo disponível para resposta, sugerindo que
204 as eventuais perguntas não respondidas em função do tempo, que sejam encaminhadas para
205 serem respondidas posteriormente. Na sequência, respondendo a última colocação da Sra
206 Albertina, sobre as pessoas que vem morar, independente da liberação ou não, a ocupação é
207 natural, o que precisamos fazer, e essa é a principiologia do PD, é organizar a ocupação,
208 ordenar o território. A proposta que está sendo feita é de como fazer isso, o adensamento é
209 justamente para combater tudo isso que você falou, mobilidade, saneamento, patrimônio
210 histórico e cultural, proteção ao meio ambiente. Disse que não existe no Brasil nenhum plano
211 diretor que garanta que não exista ocupação irregular, a ocupação é natural, as pessoas
212 chegam e ocupam a cidade. Esse contexto do comportamento natural das pessoas precisa ser
213 entendido para depois entrarmos nas soluções apresentadas, e, não existe norma perfeita,
214 existem consequentes adequações para acompanhar a realidade. Você vai acompanhando e
215 sempre que necessário fazendo as adequações necessárias. Finda a fala do Sr. Carlos,
216 **Laudelino** agradeceu a sua participação na reunião e, a apresentação do Secretário Michel
217 com referência a proposta do PD, destacando que foi muito enriquecedora e, orientou que as
218 dúvidas não respondidas no transcorrer da reunião sejam encaminhadas à Secretaria do
219 COMSAB que fará o encaminhamento formal à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano,
220 para repassar aos conselheiros. Mencionou que será levado como item de pauta para a
221 próxima reunião a sugestão do Secretário Michel para a criação de um grupo técnico do
222 Conselho para participar das oficinas do PD e vai discutir e organizar isso com os membros do
223 COMSAB. Informou também, que em função do tempo, está suspendendo o último item da



CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Quatorze de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

224 pauta “ Apresentação da proposta de pautas das reuniões do COMSAB para o ano de 2022”,
225 ficando a mesma como ponto de pauta de reunião extraordinária no início do mês de março.
226 Finalmente, nada mais havendo a tratar, o **Sr. Laudelino** agradeceu a participação de todos e
227 encerrou a reunião às 16h09. Esta ata foi redigida por Tânia da Silva Homem e Paulina Korc
228 Secretárias Executiva do COMSAB, que a submeterá à apreciação e aprovação dos
229 Conselheiros para todos os efeitos legais.
230